

Financial Times pede equilíbrio

A conciliação é infinitamente preferível ao confronto. Com estas palavras, o jornal inglês "Financial Times" encerrou um editorial sobre a decisão brasileira de suspender o pagamento dos juros de sua dívida externa, publicado em sua edição do último dia 2. A seguir, publicamos a íntegra do editorial, que alerta para a necessidade de uma reversão no fluxo de capitais para os países mais pobres:

"Continua muito difícil fazer um julgamento sobre o significado pleno da decisão brasileira de suspender os pagamentos dos juros relativos à sua dívida com os bancos comerciais".

O ministro da Fazenda do Brasil, Dilson Funaro, garantiu aos banqueiros que a decisão era "defensiva" e não de "confronto". No entanto, sua decisão de manter uma série de conversações bilaterais com governos tem o objetivo calculado de provocar inquietação nos credores privados.

O secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, e o presidente do Federal Reserve Board, o banco central norte-americano, Paul Volcker, adotaram uma posição no sentido de que a decisão tomada pelo Brasil é tática e não requer uma avaliação fundamental das técnicas vigentes de administração do débito do Terceiro Mundo.

O Departamento do Tesouro norte-americano parece considerar que continua válida a estratégia pa-

ra fazer face ao débito delimitada por Baker, em Seul, no outono de 1985.

A essência do "plano Baker" era de que uma solução de longo prazo do problema da dívida não poderia ser buscada somente através das políticas destinadas a estimular as taxas de crescimento no mundo em desenvolvimento. Os países devedores foram instados e implementar reformas estruturais a fim de melhorar a eficiência de suas economias, enquanto os bancos comerciais credores foram exortados a fornecer os recursos de capital necessários para tornar possíveis os ajustes.

Ao mesmo tempo, reconheceu-se que a saída da armadilha do débito poderia ser muito mais fácil se os países industrializados pudessem contribuir para reduzir as taxas de juro reais e acelerar o crescimento económico.

EMPRÉSTIMOS DOS EUA

Poucos economistas estariam dispostos a sofismar com quaisquer destas recomendações, embora alguns tenham argumentado, desde o princípio, que tais medidas não removeriam a necessidade de dolorosos cancelamentos de dívidas por parte dos maiores bancos norte-americanos.

O problema é que tem sido extremamente difícil aplicar, na prática, a teoria do plano Baker. Alguma culpa por isto se atribui aos países em desenvolvimento: as políticas económicas racionais têm sido prejudi-

çadas por estrangulamentos políticos domésticos por toda a América Latina e, mais obviamente, no Brasil. Entretanto, culpa ainda maior deve-se atribuir a governos e bancos nos países credores.

Em vez de fornecer mais recursos de capital, os bancos comerciais forneceram menos: desde 1982, a parcela dos empréstimos bancários aos países em desenvolvimento no total dos empréstimos internacionais caiu de 27 para 1%.

Recentes cifras do Banco Mundial confirmaram que os países mais pesadamente endividados pagaram mais em juros e principal do que receberam em novos empréstimos anualmente desde 1983: até o final de 1986, as transferências líquidas atingiram a cifra total de US\$ 82 bilhões. Enquanto isso, os pesados empréstimos norte-americanos ajudaram a manter as taxas de juros reais em níveis intoleráveis.

A retirada progressiva dos bancos comerciais dos mercados do Terceiro Mundo é, sem dúvida, a tendência mais preocupante. E está resultando num círculo vicioso: menos empréstimos novos conduzem a menores índices de crescimento, que, por sua vez, conduzem a um deterioramento na relação da dívida de serviço e ainda mais restrições nos empréstimos.

Ao mesmo tempo, a medida que declinam firmemente os empréstimos dos bancos comerciais aos de-

vedores, também diminui seu interesse em acompanhar os acontecimentos nestes países com problemas financeiros.

CRESCIMENTO MAIOR

A maioria dos devedores, como assinala o Banco Mundial, tem atuado de forma responsável em face das elevadas taxas reais de juros e de uma transferência forçada de capital para o mundo desenvolvido: eles continuaram a cortar as importações e permitiram uma acentuada queda nas receitas "per capita". O Brasil foi visto como uma exceção: no ano passado ele buscou e conseguiu maior crescimento e importou mais.

O Brasil está procurando argumentar que os governos não deveriam tentar influenciar nas decisões dos bancos comerciais. Entretanto, a realidade é que eles não têm outra escolha: as instituições oficiais atualmente não dispõem de capital para ocupar mais do que um papel catalítico nas transferências de recursos.

Entretanto, os interesses individuais de bancos particulares estão bastante em desacordo com os interesses coletivos do sistema financeiro global. A longo prazo, uma reversão do fluxo de capital em favor dos países mais pobres é do interesse de todos e tem de ser alcançada mediante negociações pacíficas e um reconhecimento, de ambas as partes, de que a conciliação é infinitamente preferível ao confronto".